



JORNAL OFICIAL

Terça-feira, 23 de fevereiro de 2016

I

Série

Número 32

Sumário

SECRETARIAS REGIONAIS DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E EUROPEUS E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Portaria n.º 51/2016

Dá nova redação aos n.ºs 1 e 2 da Portaria n.º 40/2014, de 10 de abril, que procedeu à distribuição dos encargos relativos à obra “REABILITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DA RIBEIRA DE SANTA LUZIA, TROÇO URBANO (KM 0 + 386,38)” - Processo n.º 221/2011.

Portaria n.º 52/2016

Dá nova redação aos n.ºs 1 e 2 da Portaria n.º 41/2014, de 10 de abril, que procedeu à distribuição dos encargos relativos à obra “REABILITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DA RIBEIRA DE SÃO JOÃO, TROÇO URBANO DE JUSANTE (SETORES 5 A 14)” - - Processo n.º 270/2011.

Portaria n.º 53/2016

Dá nova redação aos n.ºs 1 e 2 da Portaria n.º 73/2014, de 11 de junho, que procedeu à distribuição dos encargos relativos à obra “REABILITAÇÃO DAS OBRAS DE ARTE DA RIBEIRA DE SANTA LUZIA” - Processo n.º 271/2011.

Portaria n.º 54/2016

Dá nova redação aos n.ºs 1 e 2 da Portaria n.º 67/2014, de 04 de junho, que procedeu à distribuição dos encargos relativos à obra “REABILITAÇÃO DAS OBRAS DE ARTE DA RIBEIRA DE JOÃO GOMES” - Processo n.º 7/2014.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 7/2016/M

Apresenta à Assembleia da República a proposta de lei que altera o Código de Processo Civil e o Código de Procedimento e de Processo Tributário.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2016/M

Aprova a orgânica da Direção Regional de Planeamento, Recursos e Infraestruturas.

Resolução n.º 72/2016

Aprova a proposta de Decreto Regulamentar Regional que procede à 2.ª alteração do Decreto Regulamentar Regional n.º 1-A/2016, de 20 de janeiro, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários residentes na ilha da Madeira, no âmbito dos serviços públicos de transporte aéreo e marítimo entre a ilha da Madeira e a ilha do Porto Santo.

**SECRETARIAS REGIONAIS DOS ASSUNTOS
PARLAMENTARES E EUROPEUS E DAS FINANÇAS
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Portaria n.º 51/2016

de 23 de fevereiro

Através da Portaria n.º 40/2014, de 10 de abril, procedeu-se à distribuição dos encargos relativos à obra “REABILITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DA RIBEIRA DE SANTA LUZIA, TROÇO URBANO (KM 0 + 386,38)” - Processo n.º 221/2011.

Essa Portaria foi posteriormente alterada pelas Portarias n.º 238/2014, de 16 de dezembro, n.º 134/2015, de 05 de agosto e n.º 211/2015, de 05 de novembro.

Havendo necessidade de efetuar uma nova alteração à referida Portaria n.º 40/2014, de 10 de abril, manda o Governo Regional pelo Secretário Regional Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública e pelo Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus o seguinte:

- Os n.ºs 1 e 2 da Portaria n.º 40/2014, de 10 de abril, passam a ter a seguinte redação:

- Os encargos orçamentais previstos para a “REABILITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DA RIBEIRA DE SANTA LUZIA, TROÇO URBANO (KM 0 + 386,38)”, processo n.º 221/2011, encontram-se escalonados na forma abaixo indicada:

Ano económico de 2014	€0,00
Ano económico de 2015	€0,00
Ano económico de 2016	€10.297.823,52
Ano económico de 2017	€1.401.976,48

- A despesa prevista para o corrente ano económico tem cabimento na rubrica da Secretaria 43 Capítulo 50 Divisão 02 Subdivisão 03 Classificação económica 07.01.04.S0.00, Projeto 51017 e Fonte de Financiamento 171 e 231, do Orçamento da RAM para 2016.”
- Todos os valores acima mencionados incluem IVA à taxa legal aplicável.
- Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Assinada a 2016/02/02.

O SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Rui Manuel Teixeira Gonçalves

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E EUROPEUS, Mário Sérgio Quaresma Gonçalves Marques

Portaria n.º 52/2016

de 23 de fevereiro

Através da Portaria n.º 41/2014, de 10 de abril, procedeu-se à distribuição dos encargos relativos à obra “REABILITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DA RIBEIRA DE SÃO JOÃO, TROÇO URBANO DE JUSANTE (SETORES 5 A 14)” - Processo n.º 270/2011.

Essa Portaria foi posteriormente alterada pelas Portarias n.º 239/2014, de 16 de dezembro, n.º 135/2015, de 05 de agosto e n.º 212/2015, de 05 de novembro.

Havendo necessidade de efetuar uma nova alteração à referida Portaria n.º 41/2014, de 10 de abril, manda o Governo Regional pelo Secretário Regional Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública e pelo Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus o seguinte:

- Os n.ºs 1 e 2 da Portaria n.º 41/2014, de 10 de abril, passam a ter a seguinte redação:

- Os encargos orçamentais previstos para a “REABILITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DA RIBEIRA DE SÃO JOÃO, TROÇO URBANO DE JUSANTE (SETORES 5 A 14)”, processo n.º 270/2011, encontram-se escalonados na forma abaixo indicada:

Ano económico de 2014	€0,00
Ano económico de 2015	€0,00
Ano económico de 2016	€14.501.934,77
Ano económico de 2017	€3.303.965,23

- A despesa prevista para o corrente ano económico tem cabimento na rubrica da Secretaria 43 Capítulo 50 Divisão 02 Subdivisão 03 Classificação económica 07.01.04.S0.00, Projeto 51023 e Fonte de Financiamento 171 e 231, do Orçamento da RAM para 2016.”
- Todos os valores acima mencionados incluem IVA à taxa legal aplicável.
- Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Assinada a 2016/02/02.

O SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Rui Manuel Teixeira Gonçalves

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E EUROPEUS, Mário Sérgio Quaresma Gonçalves Marques

Portaria n.º 53/2016

de 23 de fevereiro

Através da Portaria n.º 73/2014, de 11 de junho, procedeu-se à distribuição dos encargos relativos à obra “REABILITAÇÃO DAS OBRAS DE ARTE DA RIBEIRA DE SANTA LUZIA” - Processo n.º 271/2011.

Essa Portaria foi posteriormente alterada pelas Portarias n.º 136/2015, de 13 de agosto, n.º 205/2015, de 30 de outubro e n.º 292/2015, de 9 de dezembro.

Havendo necessidade de efetuar uma nova alteração à referida Portaria n.º 73/2014, de 11 de junho, manda o Governo Regional pelo Secretário Regional Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública e pelo Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus o seguinte:

- Os n.ºs 1 e 2 da Portaria n.º 73/2014, de 11 de junho, passam a ter a seguinte redação:

- Os encargos orçamentais previstos para a “REABILITAÇÃO DAS OBRAS DE ARTE DA RIBEIRA DE SANTA

LUZIA”, processo n.º 271/2011, encontram-se escalonados na forma abaixo indicada:

Ano económico de 2014	€0,00
Ano económico de 2015	€866.611,97
Ano económico de 2016	€28.258,03

2. A despesa prevista para o corrente ano económico tem cabimento na rubrica da Secretaria 43 Capítulo 50 Divisão 02 Subdivisão 03 Classificação económica 07.01.04.S0.00, Projeto 51016 e Fonte de Financiamento 171, do Orçamento da RAM para 2016.”
2. Todos os valores acima mencionados incluem IVA à taxa legal aplicável.
3. Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Assinada a 2016/02/02.

O SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Rui Manuel Teixeira Gonçalves

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E EUROPEUS, Mário Sérgio Quaresma Gonçalves Marques

Portaria n.º 54/2016

de 23 de fevereiro

Através da Portaria n.º 67/2014, de 04 de junho, procedeu-se à distribuição dos encargos relativos à obra “REABILITAÇÃO DAS OBRAS DE ARTE DA RIBEIRA DE JOÃO GOMES” - Processo n.º 7/2014.

Essa Portaria foi posteriormente alterada pelas Portarias n.º 137/2015, de 13 de agosto, n.º 215/2015, de 06 de novembro e n.º 293/2015, de 9 de dezembro.

Havendo necessidade de efetuar uma nova alteração à referida Portaria n.º 67/2014, de 04 de junho, manda o Governo Regional pelo Secretário Regional Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública e pelo Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus o seguinte:

1. Os n.ºs 1 e 2 da Portaria n.º 67/2014, de 04 de junho, passam a ter a seguinte redação:
 - “1. Os encargos orçamentais previstos para a “REABILITAÇÃO DAS OBRAS DE ARTE DA RIBEIRA DE JOÃO GOMES”, processo n.º 7/2014, encontram-se escalonados na forma abaixo indicada:

Ano económico de 2014	€0,00
Ano económico de 2015	€642.291,34
Ano económico de 2016	€22.486,66
 2. A despesa prevista para o corrente ano económico tem cabimento na rubrica da Secretaria 43 Capítulo 50 Divisão 02 Subdivisão 03 Classificação económica 07.01.04.S0.00, Projeto 51021 e Fonte de Financiamento 171, do Orçamento da RAM para 2016.”
 2. Todos os valores acima mencionados incluem IVA à taxa legal aplicável.
 3. Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Assinada a 2016/02/02.

O SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Rui Manuel Teixeira Gonçalves

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E EUROPEUS, Mário Sérgio Quaresma Gonçalves Marques

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 7/2016/M

de 23 de fevereiro

Proposta de lei à Assembleia da República - Alteração ao Código de Processo Civil e ao Código de Procedimento e de Processo Tributário

A crise económica que afeta a Europa, em especial os países do Sul da Europa e em particular Portugal, tem tido profundas consequências sociais, cujas dimensões e alcance, esperamos, tenham atingido o seu extremo.

O sobre-endividamento das pessoas singulares é uma realidade ou fenómeno recente das sociedades contemporâneas, com crescimento acentuado nas últimas décadas, também em Portugal. Este fenómeno começa por ter subjacente, por um lado, um aumento do consumo das famílias, em resultado de uma maior facilidade na concessão de crédito por parte dos bancos e das entidades financeiras, nomeadamente em virtude de uma forte promoção da concessão de crédito para aquisição de habitação própria e, por outro, uma diminuição da poupança das famílias.

A dimensão ou o nível de endividamento das famílias portuguesas é dos mais elevados na União Europeia (UE), como nos dá conta um documento de informação de 2010 para o Parlamento Europeu, embora a par de outros países como a Irlanda, a Espanha, o Reino Unido, o Chipre e a Dinamarca.

Mas não foram apenas estas realidades sociais, aumento do consumo e, em simultâneo, diminuição da poupança, a gerar o sobre-endividamento. Tais realidades sociais foram apanhadas como que em contraciclo por uma onda avassaladora, a profunda crise financeira e económica mundial, despoletada pela crise do *subprime* nos Estados Unidos da América (EUA) em 2007/2008, geradora de uma drástica contração do crédito, seguida de medidas de austeridade e consequente aumento do desemprego, o que tudo contribuiu para fazer emergir o fenómeno do sobre-endividamento. Em Portugal, por força das medidas de austeridade adotadas, do elevado nível de desemprego atingido, do encerramento de pequenas empresas e pequenos comércio familiares, das reduções (os vulgarmente denominados «cortes») nos salários e vencimentos das pessoas que exercem funções no setor público e do enorme aumento de impostos, tudo isto provocou uma acentuada perda de rendimentos por parte das famílias.

Nestas circunstâncias, de mais consumo e menos poupança, a capacidade financeira de muitas famílias portuguesas estava demasiado debilitada para absorver o impacto das perdas de rendimento em consequência das crises financeira e económica e das medidas subsequentes, pelo que, naturalmente, não aguentaram esse impacto. Daí resultou o sobre-endividamento de muitas famílias, que se viram a braços com uma incapacidade estrutural de cumprir os compromissos resultantes dos créditos contraídos.

Associado aos fatores acima descritos, os números do desemprego em Portugal têm aumentado de uma forma dramática nos últimos anos. De uma taxa de desemprego média de 7,7 % em finais de 2006, com 427 800 desempregados, passámos para uma taxa de 16,9 % em finais de 2012 (um aumento de mais de 100 %), atingindo hoje um número superior a 770 000 desempregados.

A família é um elemento de reconhecida importância na sociedade e no nosso ordenamento jurídico, que dispõe de normas destinadas à sua proteção. A família é uma exigência do ser humano e as suas origens antecedem a organização política através do Estado. Ao longo dos tempos a família tem sofrido uma profunda transformação quanto à sua composição, sendo, atualmente, maioritariamente constituída pela família nuclear ou também designada por conjugal - cônjuges e filhos. Mas hoje é também cada vez mais frequente os filhos maiores viverem com os pais, ou porque nunca deixaram de viver com aqueles, fruto da instabilidade social que se vivencia e da dificuldade de obtenção de emprego, ou porque regressaram ao agregado familiar de origem em consequência de uma separação ou divórcio, por, as mais das vezes, não terem capacidade económica para suportar os custos inerentes a uma habitação. Também é cada vez mais comum a existência de famílias monoparentais, só constituídas por mãe e filho ou filhos ou o pai e estes. O artigo 67.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa dispõe que «[a] família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à proteção da sociedade e do Estado e à efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros.». O espaço físico onde a família habita diariamente é indispensável à realização individual de cada um bem como da própria família. O lar da família é necessário à concretização e execução do direito desta à vivência e convivência dos seus membros. No reconhecimento deste direito fundamental prescreve o artigo 65.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa que «[t]odos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.».

Entre as normas que tutelam a família existem as que tutelam a casa onde aquela reside, o ambiente físico onde se desenvolve a vida familiar de um concreto agregado, hoje maioritariamente nuclear (constituído por pai, mãe e filho ou filhos). A casa é o espaço onde um agregado familiar reside de forma habitual e com caráter de permanência, devendo entender -se que da mesma fazem parte os móveis e utensílios domésticos que a compõem por estarem afetos à vida familiar daqueles que a habitam.

Os tribunais portugueses têm definido como casa de família: «qualquer casa (comum ou própria de um dos cônjuges) que só poderá ter essa qualificação quando for nela que habitualmente more ou habite a família [...], formando uma economia comum» - Ac. RP de 21/12/2006, in CJ, V, p. 197, e Ac. RC de 01/03/2005; «aquela que constitui a residência permanente dos cônjuges e dos filhos, a sua residência habitual ou principal, implicando que esta constitui ou tenha constituído a residência principal do agregado familiar e que um dos cônjuges seja titular do direito que lhe confira o direito à utilização dela» - Ac. RL de 12/02/1998, in CJ, I, p. 121.

Por outro lado, no direito interno, é da máxima relevância notar que a República Portuguesa é «baseada na dignidade da pessoa humana» - artigo 1.º da Constituição da República Portuguesa. Prevê, ainda, o artigo 65.º, nos n.ºs 2 e 3 deste preceito, os deveres que incumbem ao Estado para assegurar tal direito, mormente o dever de adotar políticas tendentes a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar, como também «de acesso à

habitação própria». Em anotação a este preceito, Gomes Canotilho e Vital Moreira qualificam-no não «apenas [como] um direito individual mas também um direito das famílias», como «uma garantia do direito à intimidade da vida privada».

A nível internacional, é de salientar que os Estados Partes do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, adotado pela Resolução N.2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas de 16 de dezembro de 1966, o preâmbulo deste pacto plasmar que «o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo». Consagraram, também, no artigo 11.º, § 1.º, o reconhecimento do «direito de toda a pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive [...] moradia adequada» e estabeleceram o dever, para os Estados subscritores do Pacto, de tomarem as «medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito».

No espaço europeu a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia veio estabelecer que, com vista a «lutar contra a exclusão social e a pobreza, a União reconhece e respeita o direito [...] a uma ajuda à habitação destinada a assegurar uma existência condigna a todos aqueles que não disponham de recursos suficientes [...]» (artigo 34.º, n.º 3).

É possível concluir que o direito à habitação é um direito fundamental, com consagração constitucional, com um conteúdo efetivo e prático, não apenas programático, ainda que não um direito absoluto, o que implica na sua concretização prática a ponderação de outros valores, incluindo a designada «reserva do possível» (Canotilho, 1991:478).

O direito à habitação encontra também fundamento ou amparo à luz dos instrumentos internacionais que consagram os direitos humanos e os direitos sociais, máxime considerando o princípio da dignidade da pessoa humana.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º, bem como do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de junho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 130/99, de 21 de agosto, e 12/2000, de 21 de junho, apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de lei:

Artigo 1.º

Aditamento à Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, que aprovou o Código de Processo Civil

É aditado o artigo 739.º-A à Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, que aprovou o Código de Processo Civil, retificada pela Declaração de Retificação n.º 36/2013, de 12 de agosto, e alterada pela Lei n.º 122/2015, de 1 de setembro, que terá a seguinte redação:

«Artigo 739.º-A

Impenhorabilidade da casa de morada de família

- 1 - É impenhorável o imóvel que constitua a casa de morada de família do executado e do cônjuge ou com quem viva em condições análogas à dos cônjuges, salvo as exceções previstas na lei.
- 2 - São impenhoráveis os bens que se encontrem na casa de habitação efetiva do executado, salvo quando se tratem de bens de natureza voluptuária.
- 3 - A impenhorabilidade é oponível em qualquer execução movida contra um dos cônjuges ou a ambos, exceto quando:

- a) A execução se destinar ao pagamento do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel, no limite do crédito contratado;
- b) A execução se destinar ao pagamento de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo executado.
- 4 - Não beneficiará deste regime aquele que, sabendo-se insolvente, adquira, de má-fé, imóvel de valor mais elevado, que passe a figurar como habitação efetiva e permanente do executado e do agregado familiar, alienando ou não o imóvel que antes era destinado a esse fim.
- 5 - Na situação prevista no número anterior, pode o juiz, na respetiva ação de execução, transferir a impenhorabilidade para o imóvel que constituía a anterior habitação efetiva do executado e do agregado familiar, ou anular a venda, liberando o imóvel de maior valor, afetando-o, à execução.
- 6 - Para o efeito do previsto neste artigo, considera-se 'casa de morada de família' a habitação efetiva do agregado familiar, um único imóvel, utilizado com carácter permanente.
- 7 - Quando o executado possua mais do que um imóvel, a impenhorabilidade recai sobre o imóvel de menor valor, salvo se o executado indicar outro imóvel para esse fim.»

Artigo 2.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, que aprovou o Código de Procedimento e de Processo Tributário

Os artigos 219.º, 220.º e 231.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 219.º
[...]

- 1 -
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 - É impenhorável o imóvel que constitua a casa de morada de família do executado.
- 6 - (Anterior n.º 5.)

Artigo 220.º
[...]

- 1 - (Anterior corpo do artigo.)
- 2 - Excetua-se o imóvel que constitua a casa de morada de família do executado e do cônjuge ou com quem viva em condições análogas à dos cônjuges.

Artigo 231.º
Formalidades de penhora de imóveis

- 1 -
- a)

- b)
- c)
- d)
- e)

2 -

3 -

4 -

5 -

6 - Exclui-se o imóvel que constitua a casa de morada de família do executado.

7 - Quando o executado possua mais do que um imóvel, a impenhorabilidade recai sobre o imóvel de menor valor patrimonial, salvo se o executado indicar outro imóvel para esse fim.»

Artigo 3.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor imediatamente após a publicação do Orçamento do Estado posterior à sua publicação.

Aprovada em sessão plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira em 28 de janeiro de 2016.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, José Lino Tranquada Gomes

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2016/M

de 23 de fevereiro

Aprova a orgânica da Direção Regional de Planeamento, Recursos e Infraestruturas

O Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2015/M, de 12 de maio, procedeu à reestruturação do Governo da Região Autónoma da Madeira.

O Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/M, de 11 de novembro, que criou a nova estrutura da Secretaria Regional de Educação, estatui no seu articulado que a natureza, a missão, as atribuições e a organização interna do organismo referido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do anexo I constariam de decreto regulamentar regional.

Considerando como missão da Direção Regional a gestão dos recursos e infraestruturas, nomeadamente, a manutenção e o fornecimento de bens e serviços necessários à rede de estabelecimentos de educação, infraestruturas desportivas, de ensino e da juventude, nos limites da sua competência, em estreita colaboração com outras entidades responsáveis, através da execução de políticas que visam o desenvolvimento e o respetivo funcionamento;

Considerando que a essa missão se junta o desenvolvimento de políticas que garantam às famílias mais desfavorecidas os apoios educativos necessários para que se verifique um ganho efetivo de oportunidades no acesso das suas crianças e jovens à educação;

Considerando que nada se faz sem planeamento, a Direção Regional assume a tarefa de o concretizar na área da sua responsabilidade, nomeadamente no desenvolvimento e

modernização da rede regional de estabelecimentos de educação, de ensino, de desporto e juventude, da Região Autónoma da Madeira.

Assim nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 227.º e do n.º 6 do artigo 231.º da Constituição da República Portuguesa, das alíneas c) e d) do artigo 69.º e do n.º 1 do artigo 70.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de junho, revisto pelas Leis n.ºs 130/99, de 21 de agosto e 12/2000 de 21 de junho, do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2015/M, de 12 de maio, da alínea c) do n.º 1, e n.º 2 do artigo 6.º da orgânica da Secretaria Regional de Educação aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/M, de 11 de novembro e o n.º 1 do artigo 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2007/M, de 12 de novembro, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 24/2012/M, de 30 de agosto e 2/2013/M, de 2 de janeiro, que o republicou, o Governo Regional da Madeira decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza, missão, atribuições e competências

Artigo 1.º Natureza

A Direção Regional de Planeamento, Recursos e Infraestruturas, designada no presente diploma abreviadamente por DRPRI, é o departamento a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da orgânica da Secretaria Regional de Educação aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/M, de 11 de novembro.

Artigo 2.º Missão

A DRPRI tem como missão a definição de políticas e procedimentos de apoio à gestão de edifícios e demais espaços anexos no referente aos recursos necessários à comunidade de utilizadores, nomeadamente, no referente à plataforma informativa de suporte, à manutenção e ao fornecimento de bens e serviços necessários à rede de creches, estabelecimentos de educação e ensino, infraestruturas desportivas e da juventude, nos limites das suas competências e em estreita colaboração com outras entidades responsáveis.

Artigo 3.º Atribuições

A DRPRI, dirigida por um diretor regional, é um serviço executivo das políticas públicas definidas pelo Governo Regional da responsabilidade da Secretaria Regional de Educação (SRE), tendo como atribuições, designadamente:

- a) A criação, promoção, dinamização e melhoria dos procedimentos necessários para que os estabelecimentos de educação e ensino, desportivos e da juventude, da Região Autónoma da Madeira tenham acesso aos bens e serviços materiais e administrativos que permitam o seu funcionamento nas melhores condições possíveis;
- b) Garantir o acesso às famílias dos apoios educativos que garantam aos seus educandos a igualdade de oportunidades no acesso à educação, nos termos da legislação e competências em vigor;
- c) Criação dos instrumentos que assegurem o bom planeamento da rede regional de estabelecimentos de educação e ensino, desporto e juventude;

- d) Apoiar tecnicamente os promotores particulares que desejem investir num estabelecimento.

Artigo 4.º Competências

- 1 - Para a prossecução das suas atribuições, à DRPRI compete:
 - a) Cooperar com outras estruturas competentes do Governo Regional, nos processos referentes à criação de novas estruturas de infância, escolares, desportivas e de juventude, assim como em ampliações e melhoramentos nas estruturas já existentes;
 - b) Apoiar na aquisição de bens e serviços necessários aos estabelecimentos de educação e ensino, em estreita colaboração com os respetivos órgãos dirigentes e autarquias;
 - c) Concretizar ou colaborar nos processos de aquisição de equipamentos e serviços necessários aos estabelecimentos de educação e ensino, desportivos e de juventude conforme previsto no orçamento;
 - d) Manter e desenvolver uma plataforma de serviços em linha a utilizar por todos os estabelecimentos públicos e particulares da RAM, de educação de infância, escolares, desportivos e da juventude, incluindo todos os suportes lógicos para o repositório de informação necessária à decisão, divulgação pública, à estatística, produção de estudos, entre outras;
 - e) Planejar e acompanhar a execução dos investimentos do plano nas áreas da sua responsabilidade, a realizar interna ou exteriormente;
 - f) Regulamentar os serviços sociais prestados nos estabelecimentos de infância e ensino públicos, bem como as condições de acesso aos mesmos;
 - g) Regulamentar os apoios educativos e benefícios sociais destinados às crianças e alunos dos estabelecimentos de infância e ensino da RAM;
 - h) Colaborar na definição e melhoria da regulamentação e nos processos de atribuição de subsídios destinados a promotores particulares na área educativa, incluindo instituições particulares de solidariedade social, escolas profissionais privadas e outras;
 - i) Definir, propor, candidatar, coordenar e implementar projetos financiados por entidades e programas comunitários, nas áreas de sua competência;
 - j) Colaborar, com outros organismos da Secretaria Regional, na determinação do número de vagas a considerar nos concursos de pessoal docente;
 - k) Colaborar com outros organismos da Secretaria Regional, na definição e melhoria da regulamentação e concretizar orientações e procedimentos respeitantes aos processos de colocação de crianças e alunos nas vagas da rede regional de estabelecimentos de infância e ensino;
 - l) Concretizar os processos aquisitivos, incluindo a sua componente jurídica, de bens e serviços, destinados às estruturas de infância, ensino, desportivos e de juventude, nos termos da sua competência;

- m) Colaborar com as entidades internas, locais e regionais, no acesso à informação para fins estatísticos e de planeamento.
- 2 - Compete ao diretor regional, nomeadamente:
- Representar a DRPRI no domínio das suas atribuições e competências;
 - Assegurar a orientação geral da DRPRI e definir a sua estratégia de atuação;
 - Assegurar o pleno funcionamento dos seus órgãos e serviços.
- 3 - Ao diretor regional poderão ser ainda delegadas competências, designadamente acompanhar e coordenar ações no âmbito dos investimentos do plano.
- 4 - O diretor regional pode, nos termos da lei, delegar a qualquer dirigente da DRPRI as competências que julgar convenientes para o normal e pleno funcionamento dos serviços.
- 5 - O diretor regional é substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo subdiretor regional.

Artigo 5.º
Subdiretor regional

Ao subdiretor regional compete, nomeadamente:

- Substituir o diretor regional nas ausências ou impedimentos;
- Representar a DRPRI no domínio das suas atribuições e competências;
- Assegurar a orientação geral da DRPRI e definir a sua estratégia de atuação;
- Assegurar o pleno funcionamento dos seus órgãos e serviços;
- Exercer as competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas.

CAPÍTULO II
Estrutura e funcionamento geral

Artigo 6.º
Organização interna

A organização interna dos serviços obedece a um modelo de estrutura hierarquizada.

Artigo 7.º
Cargos de direção

Os lugares de direção superior e de direção intermédia de 1.º grau constam do anexo I ao presente diploma, do qual fazem parte integrante.

CAPÍTULO III
Disposições finais e transitórias

Artigo 8.º
Norma transitória

Até à entrada em vigor dos diplomas que aprovam a organização referida no artigo 6.º mantêm-se em vigor a

Portaria n.º 100-B/2012, de 3 de agosto, e o Despacho n.º 37/2012, de 6 de agosto, bem como as comissões de serviço dos titulares de cargos de direção intermédia das unidades orgânicas naqueles previstas.

Artigo 9.º
Norma revogatória

É revogado o Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2012/M, de 22 de junho.

Artigo 10.º
Entrada em vigor

O presente decreto regulamentar regional entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho do Governo Regional em 28 de janeiro de 2016.

O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque

Assinado em 11 de fevereiro de 2016.

Publique-se.

O REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, Ireneu Cabral Barreto

Anexo I do Decreto Regulamentar Regional
n.º 8/2016/M, de 23 de fevereiro

Mapa de cargos dirigentes a que se refere o artigo 7.º

	Dotação de lugares
Cargos de direção superior de 1.º grau.....	1
Cargos de direção superior de 2.º grau.....	1
Cargos de direção intermédia de 1.º grau.....	1

Resolução n.º 72/2016

Considerando que importa precisar o disposto no número 2 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1-A/2016, de 20 de janeiro, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 7-A/2016/M, de 10 de fevereiro, o Conselho de Governo reunido em plenário em 18 de fevereiro de 2016, resolveu aprovar a proposta de Decreto Regulamentar Regional que procede à segunda alteração do Decreto Regulamentar Regional n.º 1-A/2016, de 20 de janeiro, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários residentes na ilha da Madeira, no âmbito dos serviços públicos de transporte aéreo e marítimo entre a ilha da Madeira e a ilha do Porto Santo.

Presidência do Governo Regional. - O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€15,91 cada	€15,91;
Duas laudas	€17,34 cada	€34,68;
Três laudas	€28,66 cada	€85,98;
Quatro laudas	€30,56 cada	€122,24;
Cinco laudas	€31,74 cada	€158,70;
Seis ou mais laudas.....	€38,56 cada	€231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série.....	€27,66	€13,75;
Duas Séries.....	€52,38	€26,28;
Três Séries.....	€63,78	€31,95;
Completa.....	€74,98	€37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Departamento do Jornal Oficial
Departamento do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: €2,44 (IVA incluído)